



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

**Ano XX nº 5352 – 23 junho de 2016**

## **32º Conecef aprova pauta de reivindicações específicas, com “Fora Temer” e defesa da Caixa 100% pública**



O 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) foi encerrado, no último domingo (19), em São Paulo, com a aprovação da pauta de reivindicações específicas que será defendida durante a Campanha Nacional dos Bancários 2016, tendo como alguns dos eixos o “Fora Temer”, a defesa da Caixa 100% pública, o fortalecimento do papel social do banco, as condições dignas de trabalho e mais contratação de empregados.

Os delegados e as delegadas fizeram os debates em grupos sobre os temas “Saúde do Trabalhador, Condições de Trabalho, Saúde Caixa e GDP”; “Funcef, Prevhav e Aposentados”; “Segurança Bancária, Infraestrutura das Unidades e Terceirização”; “Caixa 100% Pública, Contratação, Sipon e Jornada de Trabalho”; “Isonomia, Carreira e Reestruturação”. O tema “Organização do Movimento” foi abordado em todos os grupos.

Foi aprovada a estratégia de campanha nacional unificada dos trabalhadores dos bancos públicos e privados. Aliado a isso, os participantes do 32º Conecef definiram a mobilização pelo “Fora Temer”, diante da ameaça real para os direitos dos trabalhadores e para as empresas públicas.

## **Santander frustra trabalhadores em negociação da renovação do Aditivo à CCT**

A Contraf-CUT, assessorada pela COE-Comissão de Organização dos Empregados do Santander reuniu-se com o banco nesta quarta-feira (22), em São Paulo, para discutir a renovação do Acordo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

O banco propôs a renovação do aditivo na totalidade, porém, com algumas inclusões e alterações na cláusula de bolsas auxílio estudo que dificultariam o acesso do trabalhador ao benefício, além de não reajustar o valor. O Santander também se limita a discutir em outro momento questões que afligem os funcionários, em temas como saúde e condições de trabalho.

Sobre o PPRS- Programa de Participação nos Resultados Santander, o banco não apresentou proposta, alegando não ter tido tempo hábil para isso, e informou ainda, que não haverá negociação na próxima quarta-feira e que só voltará a negociar na semana seguinte com previsão para o dia 6, data que ainda será confirmada.

O diretor do sindicato e funcionário do banco Alexandre Eiras participou desta reunião com o banco em São Paulo.

## **O governo da retirada de direitos**

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, defende que para o Brasil caminhar para “o amanhã”, fazer o que é aplicado no mundo hoje e facilitar a “competitividade”, precisa superar a legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas. “(Os trabalhadores) vão ver que a gente não tem saída”, disse, ao defender o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) durante palestra sobre o PL da Terceirização (Projeto de Lei Complementar 30/2015), em São Paulo. Segundo ele, o PLC 30 deve ser votado pelo Senado com “alguma rapidez”.

“Essa questão do pactuado versus legislado, com sobreposição do pactuado sobre o legislado, isso é o mundo”, defendeu. “Todo mundo (está) tentando buscar o pleno emprego. Então tem que se facilitar as formas de contratação.”

O que os empresários apoiam é a retirada de direitos, ampliação da terceirização, fim da CLT, aposentadoria só aos 65 anos. Para a presidenta do Seeb/SP, Juvandia Moreira. “Precarização não cria empregos em nenhum lugar do mundo, somente desigualdade social”.

Somente as 62 pessoas mais ricas do mundo detêm tanto capital quanto a metade mais pobre da população mundial. Neste grupo estão incluídos banqueiros, donos de empresas conhecidas pela exploração abusiva de mão de obra e empresários que fizeram fortuna com a exploração de recursos naturais finitos.

O mesmo Padilha que propõe cortar direitos dos trabalhadores, teve seus bens bloqueados pelo Ministério Público Federal (MPF), que pediu à Justiça Federal, ainda, a devolução de R\$ 300 mil em uma ação de improbidade administrativa. O peemedebista é acusado de ter mantido uma funcionária “fantasma” em seu gabinete na época em que era deputado federal.